

Política

Muitos blefes na reforma eleitoral

A disputa existente entre o Ministro *Abi-Ackel*, da *Justiça*, e a cúpula dirigente do *PDS* esconde o problema maior para o governo federal que é a condução dos entendimentos interpartidários no Congresso Nacional com base numa maioria escassa e pouco confiável, segundo a definição de um assessor do presidente da República. A realidade parlamentar fez o governo modificar sua tática, endurecendo o jogo com os partidos oposicionistas e lançando a reforma eleitoral numa situação mais delicada que estava antes de o *PDS* começar a tratar o assunto no início deste ano.

O Palácio do Planalto ainda não definiu os próximos lances de sua estratégia, porque sabe ser o silêncio uma arma importante neste momento em que a cúpula partidária está completamente dividida. O objetivo das manobras obstructionistas do partido do governo é evitar que os partidos de oposição aprovem projetos que estão tramitando no Congresso Nacional. Entre eles estão um projeto de inelegibilidades produzido pelo *PMDB*, a regulamentação das coligações partidárias, uma emenda constitucional que reduz o mandato do Presidente da República e outro que extingue as sublegendas para prefeito e senador.

O governo, que já sentiu o travo amargo da derrota na questão da sublegenda, não pretende experimentá-lo por mais uma vez. A solução encontrada foi endurecer o diálogo para levar as oposições a negociar o conjunto de atos e leis que vão perfazer aquilo que se chamou reforma eleitoral. As disputas entre *Abi - Ackel* e o *PDS* tendem a ser contornadas por uma ação mais presente do presidente da República e de personagens como *Nelson Marchezan*, *Jarbas Passarinho* e *Cantídio Sampaio* no Congresso Nacional. Através deste esquema, o Planalto pretende contornar seu problema interno e conseguir algum tipo de entendimento com as oposições.

No partido do governo, onde estão se acumulando mágoas visíveis contra a ação do Ministro da *Justiça*, é usual que seus mais ilustres membros lembrem a necessidade de renegociar em bloco a reforma eleitoral. Aliás, dizem, na sede do edifício *Sofia*, a idéia inicial era fazer a reforma tramitar em quatro estágios. O primeiro, no partido do governo para ouvir líderes e bancadas, depois no Palácio do Planalto para o presidente *Figueiredo* definir-se sobre as linhas a seguir. O terceiro estágio seria do Ministro da *Justiça* para negociar com os partidos de oposição e o último das lideranças no Senado e na Câmara que teriam a missão de fazer aprovar aquilo que fora negociado.

Os mais influentes membros do *PDS* afirmam que o início da quarta etapa fazia supor que a terceira havia sido cumprida. E se fosse cumprida, segundo os moldes palacianos, o projeto de lei da sublegenda não poderia ter sido rejeitado, uma vez que o entendimento entre os partidos garantiria sua aprovação. Há, nesta observação, uma crítica à ação do Ministro da *Justiça* e a constatação de que, afinal de contas, o partido do governo foi chamado a votar sem que o dispositivo político oficial tivesse mobilizado todos os recursos a seu dispor.

Neste detalhe está contida a mágoa que o partido guarda em relação ao terceiro estágio de negociação da reforma eleitoral. Se foi ou não cumprida a etapa que incumbia ao Ministro da *Justiça* só ele poderá responder, mas o fato importante reside na descoberta de que a maioria do *PDS* é precária, escassa e sobretudo não confiável. E por não ser confiável — “quem vai buscar um deputado no Japão para votar a favor da sublegenda”, pergunta um dirigente do *PDS* - o entendimento passar, agora, necessariamente pelos partidos de oposição.

Mas o governo não quer abrir a reforma eleitoral além dos limites já definidos. Na realidade a reforma eleitoral é aquela definida no início do segundo semestre. O risco suportado pelo governo é o de aprovação dos projetos de lei oposicionistas, que poderiam ser votados por uma maioria ocasional de deputados da oposição aliados a parlamentares situacionistas. O remédio foi simular a tática de retirada dos projetos para, na realidade, paralisar a ação do *PDS* no Congresso Nacional com o objetivo de forçar as oposições a um entendimento.

Este é o momento que vive o *PDS* e o projeto político governista. Vários blefes vêm sendo dados e um deles foi a hipótese de quem estava filiado ao bloco partidário ficaria preso à legenda que sucedeu aquele grupo de parlamentares. A idéia é visível, mas o simples enunciar de quem mudou de partido tornava-se inelegível fez com que, nos últimos dias, pelo menos vinte deputados resolvessem suas inscrições pendentes na secretaria do partido.

Esta freitada de arrumação dada pelo *PDS* na reforma eleitoral atrasou tudo. Neste ano, dificilmente alguma decisão a respeito do assunto será tomada, porque a Câmara dos Deputados tem, pela frente, apenas uma dúzia de sessões para deliberar sobre diversos projetos. No outro extremo desta linha está o Senador *Tancredo Neves*, que pleiteia a convocação extraordinária do Congresso Nacional.

André Gustavo Stumpf